

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	43
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.358.132
Preferenciais	0
Total	1.358.132
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.296.898	1.171.003
1.01	Ativo Circulante	19.778	19.724
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.386	10.372
1.01.03	Contas a Receber	6.170	5.268
1.01.03.01	Clientes	6.170	5.268
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.431	1.705
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.431	1.705
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.617	2.196
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	174	183
1.01.08.03	Outros	174	183
1.01.08.03.02	Outros	174	183
1.02	Ativo Não Circulante	1.277.120	1.151.279
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	110.091	90.198
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	12.381	11.753
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	12.381	11.753
1.02.01.06	Tributos Diferidos	79.008	59.495
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	79.008	59.495
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	494	772
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18.208	18.178
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	18.208	18.178
1.02.03	Imobilizado	2.255	1.730
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.255	1.730
1.02.04	Intangível	1.162.448	1.055.677
1.02.04.01	Intangíveis	1.162.448	1.055.677
1.02.05	Diferido	2.326	3.674

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.296.898	1.171.003
2.01	Passivo Circulante	83.972	121.448
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.046	3.575
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.046	3.575
2.01.02	Fornecedores	19.961	22.814
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	19.961	22.814
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.557	3.549
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.251	2.446
2.01.03.01.02	IRRF	75	1.485
2.01.03.01.03	PIS	85	72
2.01.03.01.04	COFINS	398	335
2.01.03.01.05	Tributos Federais Retidos	693	554
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.306	1.103
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	40.493	24.953
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	35.260	24.778
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	35.260	24.778
2.01.04.02	Debêntures	5.233	175
2.01.05	Outras Obrigações	7.237	44.372
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	508	35.450
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	69	1.387
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	439	34.063
2.01.05.02	Outros	6.729	8.922
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	6.063	5.504
2.01.05.02.05	Taxa de Fiscalização	274	264
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	392	3.154
2.01.06	Provisões	9.678	22.185
2.01.06.02	Outras Provisões	9.678	22.185
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovia	9.678	22.185
2.02	Passivo Não Circulante	477.922	711.389
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	437.221	448.365
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	296.177	313.226
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	296.177	313.226
2.02.01.02	Debêntures	141.044	135.139
2.02.02	Outras Obrigações	1	225.440
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	225.440
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	225.440
2.02.02.02	Outros	1	0
2.02.04	Provisões	40.700	37.584
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.299	10.855
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	518	171
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	393	296
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	10.388	10.388
2.02.04.02	Outras Provisões	29.401	26.729
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovia	29.401	26.729
2.03	Patrimônio Líquido	735.004	338.166
2.03.01	Capital Social Realizado	883.534	448.818

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-148.530	-110.652

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	73.574	245.427	66.657	198.465
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-82.680	-251.197	-64.946	-194.669
3.03	Resultado Bruto	-9.106	-5.770	1.711	3.796
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.510	-11.424	-10.614	-16.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.765	-11.739	-10.677	-16.147
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-3.445	-10.800	-10.373	-15.275
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-320	-939	-304	-872
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	255	315	63	147
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-12.616	-17.194	-8.903	-12.204
3.06	Resultado Financeiro	-8.703	-40.197	-15.080	-42.350
3.06.01	Receitas Financeiras	521	2.012	486	2.426
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.224	-42.209	-15.566	-44.776
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-9.217	-42.202	0	0
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-7	-7	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-21.319	-57.391	-23.983	-54.554
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7.263	19.513	8.140	18.570
3.08.02	Diferido	7.263	19.513	8.140	18.570
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-14.056	-37.878	-15.843	-35.984
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-14.056	-37.878	-15.843	-35.984
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,01120	-0,04005	-0,00309	-0,09025
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,01120	-0,04005	-0,00309	-0,09025

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-14.055	-37.878	-15.843	-35.984
4.03	Resultado Abrangente do Período	-14.055	-37.878	-15.843	-35.984

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	14.471	7.411
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	45.821	35.816
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-37.878	-35.984
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	51.069	31.152
6.01.01.03	Baixa de Ativos Permanentes	10	126
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição	-19.513	-18.570
6.01.01.05	Receitas com Aplicação Vinculada	-937	-943
6.01.01.06	Juros e Variações sobre Mútuos	11.258	23.120
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de empréstimos	23.084	18.812
6.01.01.08	Despesa de Juros de Debêntures	5.063	0
6.01.01.09	Resultado de Reversão de Ajuste a Valor Presente	2.000	1.427
6.01.01.10	Provisão (Reversão) para Riscos Cíveis e Trabalhistas	1.630	8.201
6.01.01.11	Provisão para Manutenção em Rodovia	10.035	8.475
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-31.350	-28.405
6.01.02.01	Contas a Receber	-902	-28
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	0	20
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	1.135	-1.736
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	1.059	469
6.01.02.06	Outros Créditos	9	-40
6.01.02.07	Depósitos Judiciais	-30	-124
6.01.02.08	Fornecedores	-5.499	-1.680
6.01.02.09	Transações com Partes Relacionadas	-331	28
6.01.02.10	Cauções Contratuais	-1.514	-2.139
6.01.02.11	Obrigações Sociais e Trabalhistas	471	510
6.01.02.12	Obrigações Fiscais	-2.816	-114
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	-2.638	182
6.01.02.18	Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	-1.186	-322
6.01.02.20	Pagamento de Juros	-19.108	-23.431
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-169.166	-114.126
6.02.01	Aquisição de Itens do Ativo Imobilizado	-805	-14
6.02.02	Adições ao Intangível	-167.885	-111.647
6.02.03	Aplicação Financeira Vinculada	-1.113	-4.901
6.02.04	Valor Resgatado de Aplicações Vinculadas	637	2.436
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	154.709	112.225
6.03.01	Captações	3.589	3.409
6.03.02	Risco Sacado	2.931	-16.184
6.03.03	Pagamentos de Principal	-17.811	125.000
6.03.04	Aumento de Capital	166.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	14	5.510
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.372	6.891
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.386	12.401

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	448.818	0	0	-110.652	0	338.166
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	448.818	0	0	-110.652	0	338.166
5.04	Transações de Capital com os Sócios	434.716	0	0	0	0	434.716
5.04.01	Aumentos de Capital	466.216	0	0	0	0	466.216
5.04.08	Capital a Integralizar	-31.500	0	0	0	0	-31.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-37.878	0	-37.878
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-37.878	0	-37.878
5.07	Saldos Finais	883.534	0	0	-148.530	0	735.004

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	282.818	0	254	-61.148	0	221.924
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.818	0	254	-61.148	0	221.924
5.04	Transações de Capital com os Sócios	125.000	0	0	0	0	125.000
5.04.01	Aumentos de Capital	125.000	0	0	0	0	125.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-35.984	0	-35.984
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-35.984	0	-35.984
5.07	Saldos Finais	407.818	0	254	-97.132	0	310.940

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	254.916	206.881
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	105.656	92.125
7.01.02	Outras Receitas	149.260	114.756
7.01.02.01	Receitas de Serviços de Construção	148.810	114.202
7.01.02.02	Outras Receitas	450	554
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-197.979	-166.856
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.501	-5.885
7.02.04	Outros	-191.478	-160.971
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-25.257	-24.139
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-148.810	-114.202
7.02.04.03	Custo da Concessão	-4.389	-4.106
7.02.04.04	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovia	-10.035	-8.475
7.02.04.05	Outros	-2.987	-10.049
7.03	Valor Adicionado Bruto	56.937	40.025
7.04	Retenções	-51.069	-31.152
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-51.069	-31.152
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.868	8.873
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.577	27.579
7.06.02	Receitas Financeiras	2.012	1.910
7.06.03	Outros	6.565	25.669
7.06.03.01	Juros Capitalizados	6.572	25.153
7.06.03.02	Outros	-7	516
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	14.445	36.452
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	14.445	36.452
7.08.01	Pessoal	13.324	12.658
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.223	9.499
7.08.01.02	Benefícios	2.471	2.459
7.08.01.03	F.G.T.S.	630	700
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-10.003	-10.172
7.08.02.01	Federais	-15.317	-14.805
7.08.02.02	Estaduais	0	1
7.08.02.03	Municipais	5.314	4.632
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.744	43.420
7.08.03.01	Juros	28.147	18.828
7.08.03.02	Aluguéis	503	387
7.08.03.03	Outras	9.094	24.205
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	6.572	21.743
7.08.03.03.02	Outros	2.522	2.462
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-37.878	-35.984
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-37.878	-35.984
7.08.05	Outros	11.258	26.530
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	11.258	23.120
7.08.05.02	Juros Capitalizados	0	3.410

Comentário do Desempenho



Rio Negro, 10 de novembro de 2017 – A Autopista Planalto Sul S.A., “Empresa” do Grupo Arteris S/A., comenta seu resultado relativo ao terceiro trimestre de 2017 (3T17), período encerrado em 30 de setembro de 2017. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstração dos resultados e notas explicativas, inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes):

- O tráfego pedagiado de veículos equivalentes no 3T17 foi de 6.447 mil veículos, 0,9% acima do realizado no mesmo período em 2016 (6.388 mil). Em relação ao trimestre anterior o tráfego apresentou aumento de 2,7%.

Receita Operacional Bruta

- A receita Operacional Bruta da Empresa é composta por receitas de pedágio e receitas de obras. A receita bruta de pedágio no 3T17 foi de R\$36,1 milhões ante R\$30,7 milhões no 3T16, apresentando acréscimo de R\$ 5,4 milhões (17,7%) em relação a igual período do ano anterior. Esse incremento na receita é devido principalmente ao reajuste contratual da tarifa de pedágio ocorrido em 19 de dezembro de 2016. Na comparação com o 2T17 houve aumento de 2,6% refletindo a melhora no tráfego no trimestre atual.
- A Empresa reconheceu Receita de Obras no valor de R\$ 40,6 milhões no 3T17, sendo R\$ 1,8 milhões maior do que o 3T16. A receita de obras varia conforme cronograma de obras e contrato de concessão. Na comparação com o 2T17 houve redução de R\$ 20,8 milhões. A contrapartida desta receita, de igual montante, está demonstrada em Custo de Serviço de Construção, eliminando qualquer efeito sobre o resultado. Este ajuste foi realizado em atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade, representada pelo ICPC01.

Custos e Despesas

- Os custos dos serviços prestados do 3T17 registraram acréscimo de R\$ 1 milhão se comparado ao 3T16. Esse aumento se deve principalmente a reajustes contratuais dos serviços de guincho e atendimento pré-hospitalar, aumento nos custos de serviços de limpeza, custos maiores com a conservação da faixa de domínio, maiores custos com serviços de monitoramento de sinalização horizontal e vertical, pavimento e passarelas. Na comparação com 2T17 houve aumento de R\$ 0,5 milhão influenciado principalmente pelo aumento nos custos com monitoração da rodovia como mencionado anteriormente.
- As despesas administrativas no 3T17 apresentaram redução de R\$ 7,0 milhões em relação ao 3T16 devido principalmente provisões de autos e infração por descumprimento do contrato de concessão aplicados no 3T16 à Concessionária pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Na comparação com 2T17 houve acréscimo de 0,3%.
- De acordo com ICPC01 no 3T17 a Empresa apurou custos de serviços de construção de R\$ 40,6 milhões, representando aumento de 4,6% se comparado com o 3T16. Esse custo equivale ao valor registrado em receitas de obras.

Comentário do Desempenho



- A provisão para manutenção registrou aumento de R\$ 8,7 milhões em relação ao 3T16. A variação é devida a estornos de provisão realizados no 3T16. Na comparação com o 2T17, registramos aumento de R\$ 9,1 milhões. Essa variação se deve a revisão no cronograma de obras do contrato de concessão que resultou em estornos de provisão no trimestre anterior.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA da Empresa encerrou o 3T17 e 3T16 respectivamente em R\$ 4,9 milhões e R\$ 2,3 milhões. Essa melhora é reflexo do acréscimo da receita de pedágio apurada no trimestre atual. Em comparação com o 2T17, o EBITDA do 3T17 reduziu R\$ 8,6 milhões influenciado principalmente pelos custos maiores com provisão de manutenção.
- O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias, resultantes da adoção do ICPC01, encerrou o 3T17 R\$ 11,2 milhões maior em relação ao 3T16 refletindo aumento das receitas de pedágio conforme mencionado anteriormente. Em relação ao 2T17 houve aumento de R\$ 0,5 milhão do EBITDA ajustado representando acréscimo de 3,3%.
- O EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado exclui os efeitos desta provisão.

Resultado Financeiro

- No 3T17 o resultado financeiro apresentou melhora de 42,3%, na comparação com o 3T16. Essa variação positiva se deve a redução nas despesas financeiras refletindo integralização de capital social do saldo de mútuos e debêntures que a Empresa possuía com a controladora Arteris. Na comparação com o 2T17 houve melhora no resultado financeiro de 25%. Essa variação se deve principalmente integralização de capital social dos mútuos e debêntures conforme mencionado anteriormente.

Prejuízo

- No 3T17 a Empresa apurou prejuízo de R\$ 14,1 milhões, apresentando variação de 11,3% em relação ao 3T16 influenciado principalmente por maior receita de pedágio, menores despesas administrativas e melhor resultado financeiro. Em relação ao 2T17 o prejuízo da Empresa foi maior devido principalmente a maiores custos com provisão de manutenção.

Endividamento

- A Empresa encerrou o 3T17 com endividamento bruto de terceiros de 477,7 milhões apresentando redução de 0,1% em relação ao 2T17 e aumento de 1,8% em relação ao 3T16. O endividamento líquido no 3T17 foi de R\$ 454,9 milhões ante R\$ 455,8 milhões no 2T17.

Comentário do Desempenho



Investimentos

- Até o 3T17 foram investidos R\$ 168,7 milhões em obras para cumprimento do contrato de concessão.

Os principais investimentos do período foram os seguintes:

- (i) Implantação de trevo em desnível, com alças, em pista simples completo Km 4,5 – SC;
- (ii) Execução de Obras de Contenção de taludes Serra do Espigão Km 103+380 ao 108+790/SC;
- (iii) Duplicação trecho Curitiba – PR a Fazenda Rio Grande – PR do km 124,56 ao km 142,7 totalizando 18,14 km;
- (iv) Pavimento;
- (v) Sinalização horizontal e vertical;
- (vi) Elementos de proteção e segurança;
- (vii) Sistemas de drenagem e obras de arte correntes;
- (viii) Manutenção de terraplenos e estruturas de contenção;
- (ix) Implantação de terceiras faixas em SC;
- (x) Reparação, reforma e reforço de Obras de Artes Especiais - OAEs sobre linhas férreas nos km 0+180; 1+900; 047+480 e 114,360 SC.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	3T17	2T17	3T16	Var%3T17/2T17	Var%3T17/3T16	9M17	9M16	Var%9M17/9M16
Planalto Sul	6.447	6.280	6.388	2,7%	0,9%	18.862	19.189	-1,7%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS								
(em R\$ Mil)								
	3T17	2T17	3T16	Var%3T17/2T17	Var%3T17/3T16	9M17	9M16	Var%9M17/9M16
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	76.823	96.657	69.565	-20,5%	10,4%	254.916	206.734	23,3%
Receitas de pedágio	36.098	35.170	30.661	2,6%	17,7%	105.656	92.125	14,7%
Receitas de obras	40.582	61.334	38.783	-33,8%	4,6%	148.810	114.202	30,3%
Receitas acessórias	143	153	121	-6,5%	18,2%	450	407	10,6%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(3.249)	(3.164)	(2.908)	2,7%	11,7%	(9.489)	(8.269)	14,8%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	73.574	93.493	66.657	-21,3%	10,4%	245.427	198.465	23,7%
CUSTOS E DESPESAS	(68.705)	(79.979)	(64.326)	-14,1%	6,8%	(211.552)	(179.517)	17,8%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(14.308)	(13.809)	(13.269)	3,6%	7,8%	(41.994)	(41.443)	1,3%
Custo dos serv. de construção	(40.582)	(61.334)	(38.783)	-33,8%	4,6%	(148.810)	(114.202)	30,3%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(3.203)	(3.192)	(10.172)	0,3%	-68,5%	(10.089)	(14.672)	-31,2%
Remuneração da administração	(320)	(281)	(304)	13,9%	5,3%	(939)	(872)	7,7%
Provisão para manutenção em rodovias	(10.547)	(1.412)	(1.861)	647,0%	466,7%	(10.035)	(8.475)	18,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	255	49	63	431,3%	304,8%	315	147	114,3%
EBITDA	4.869	13.514	2.331	-64,0%	108,9%	33.875	18.948	78,8%
Margem EBITDA	6,6%	14,5%	3,5%			13,8%	9,5%	
DEPRECIACIONES E AMORTIZAÇÕES	(17.485)	(16.989)	(11.234)	2,9%	55,6%	(51.069)	(31.152)	63,9%
Depreciação de imobilizado	(105)	(110)	(63)	-4,5%	66,7%	(311)	(188)	65,4%
Amortização do intangível	(16.931)	(16.430)	(10.722)	3,0%	57,9%	(49.410)	(29.616)	66,8%
Amortização do diferido	(449)	(449)	(449)	0,0%	0,0%	(1.348)	(1.348)	0,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(8.702)	(11.601)	(15.080)	-25,0%	-42,3%	(40.197)	(42.350)	-5,1%
Receitas financeiras	521	597	486	-12,7%	7,2%	2.012	2.426	-17,1%
Despesas financeiras	(9.223)	(12.198)	(15.566)	-24,4%	-40,7%	(42.209)	(44.776)	-5,7%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(21.318)	(15.076)	(23.983)	41,4%	-11,1%	(57.391)	(54.554)	5,2%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.263	5.107	8.140	42,2%	-10,8%	19.513	18.570	5,1%
Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferido	7.263	5.107	8.140	42,2%	-10,8%	19.513	18.570	5,1%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(14.055)	(9.969)	(15.843)	41,0%	-11,3%	(37.878)	(35.984)	5,3%

EBITDA AJUSTADO								
(em R\$ Mil)								
	3T17	2T17	3T16	Var%3T17/2T17	Var%3T17/3T16	9M17	9M16	Var%9M17/9M16
EBITDA¹	4.869	13.514	2.331	-64,0%	108,9%	33.875	18.948	78,8%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	10.547	1.412	1.861	647,0%	466,7%	10.035	8.475	18,4%
EBITDA Ajustado²	15.416	14.926	4.192	3,3%	267,7%	43.910	27.423	60,1%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Planalto Sul S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste, acessar em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul **S.A.**

Informações Financeiras Trimestrais para o Trimestre e Período de Nove Meses Findos em 30 de Setembro de 2017

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040 bairro Industrial. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 30 de setembro de 2017 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$64.195 (R\$101.724 em 31 de dezembro de 2016).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer face às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A emissão das informações financeiras trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 10 de novembro de 2017.

2. CONCESSÕES

No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, exceto pelo mencionado a seguir:

Notas Explicativas

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846. A partir de 30 de setembro de 2017 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$28.152, a valor nominal, corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

A Sociedade estima, em 30 de setembro de 2017, o montante de R\$129.483 (R\$185.347 em 31 de dezembro de 2016) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$236.805 (R\$262.259 em 31 de dezembro de 2016) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 essas obras estão estimadas em R\$108.467 (R\$118.424 em 31 de dezembro de 2016).

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

A Sociedade continua com as negociações para firmar nos próximos meses Termo de Ajuste de Conduta - TAC, com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à base de mensuração, moeda funcional e moeda de apresentação, uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, aprovadas em 15 de março de 2017; portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão representados por:

	<u>30.09.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa e contas bancárias	1.017	992
Aplicações financeiras (*)	<u>9.369</u>	<u>9.380</u>
Total	<u><u>10.386</u></u>	<u><u>10.372</u></u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 99,65 % do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, Certificado de Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>30.09.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	5.327	4.454
Cartões de pedágio a receber	342	318
Receitas acessórias a receber	<u>501</u>	<u>496</u>
Total	<u><u>6.170</u></u>	<u><u>5.268</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2017 e de 2016 é como segue:

Notas Explicativas

	30.09.2017		30.09.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(21.318)	(57.391)	(23.983)	(54.554)
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	7.248	19.513	8.154	18.548
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outros ajustes	15	-	(14)	22
Total	<u>7.263</u>	<u>19.513</u>	<u>8.140</u>	<u>18.570</u>
Crédito contabilizado	7.263	19.513	8.140	18.570
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Diferido	<u>7.263</u>	<u>19.513</u>	<u>8.140</u>	<u>18.570</u>
	<u>7.263</u>	<u>19.513</u>	<u>8.140</u>	<u>18.570</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>30.09.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	201.895	135.650
Provisão de participação nos lucros	1.052	1.359
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios (b)	11.299	10.855
Outras provisões	321	521
Provisão para manutenção de rodovias	39.079	48.914
Base de cálculo ativa	<u>253.646</u>	<u>197.299</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>86.240</u>	<u>67.082</u>
<u>Bases do passivo diferido:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(25.143)	(25.143)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	3.813	2.768
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização estorno de capitalização de juros	(6)	(4)
Base de cálculo passiva	<u>(21.270)</u>	<u>(22.313)</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(7.232)</u>	<u>(7.586)</u>
Base de cálculo	<u>232.376</u>	<u>174.986</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>79.008</u>	<u>59.495</u>

a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

Notas Explicativas

- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração; portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2017	957
2018	3.751
2019	8.606
2020	8.606
Após 2021	<u>64.320</u>
	<u>86.240</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de setembro de 2017 o saldo é de R\$12.381 (R\$11.753 em 31 de dezembro de 2016), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 98,0% da variação do CDI.

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.154.616	792	36.414	-	1.191.822
Adições	50.112	262	105.607	200	156.181
Transferências/Reclassificações	30.914	-	(30.914)	-	-
Saldo em 30.09.2017	<u>1.235.642</u>	<u>1.054</u>	<u>111.107</u>	<u>200</u>	<u>1.348.003</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(135.505)	(640)	-	-	(136.145)
Amortizações	(49.322)	(88)	-	-	(49.410)
Saldo em 30.09.2017	<u>(184.827)</u>	<u>(728)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(185.555)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.019.111	152	36.414	-	1.055.677
Saldo em 30.09.2017	1.050.815	326	111.107	200	1.162.448
Taxas de amortização - a.a.	5,12%	20%			

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2015	752.210	792	247.642	2	1.000.646
Adições / Reversões	59.717	-	75.502	-	135.219
Transferências / Reclassificações	66.715	-	(66.713)	(2)	-
Alienações/baixas	-	-	(123)	-	(123)
Saldo em 30.09.2016	<u>878.642</u>	<u>792</u>	<u>256.308</u>	<u>-</u>	<u>1.135.742</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(93.277)	(545)	-	-	(93.822)
Amortizações	(29.546)	(70)	-	-	(29.616)
Saldo em 30.09.2016	<u>(122.823)</u>	<u>(615)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(123.438)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	658.933	247	247.642	2	906.824
Saldo em 30.09.2016	755.819	177	256.308	-	1.012.304
Taxas de amortização - a.a.	3,76%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2016. A Administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 2017 e concluiu que não possui nenhum indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

No período findo em 30 de setembro de 2017, a Sociedade capitalizou o montante de R\$6.572 (R\$25.153 em 30 de setembro de 2016) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2017 foi de 7,85% ao ano (6,08% ao ano em 2016).

Notas Explicativas

Notas Explicativas**11. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>30.09.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	3.544	3.544
Consumo	981	981
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246
Depreciações e amortizações	67	67
Conservação da rodovia	4.153	4.153
Serviços de terceiros	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207
Resultados financeiros	(869)	(869)
Outros gastos	327	327
	<u>17.832</u>	<u>17.832</u>
Amortização acumulada	<u>(15.506)</u>	<u>(14.158)</u>
	<u>2.326</u>	<u>3.674</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>30.09.2017</u>		<u>31.12.2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	32.564	297.761	24.965	314.864
Risco sacado (b)	2.893	-	-	-
	<u>35.457</u>	<u>297.761</u>	<u>24.965</u>	<u>314.864</u>
Custo de transação	(197)	(1.584)	(187)	(1.638)
	<u>35.260</u>	<u>296.177</u>	<u>24.778</u>	<u>313.226</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.09.2017	31.12.2016
(a)	Real	BNDES	TJLP + 2,58% a.a.	dez/25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	258.609	274.253
(a)	Real	BNDES	TJLP + 2,62% a.a.	mar/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	44.568	40.618
(a)	Real	BNDES	IPCA + 8,99% a.a.	jan/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	26.804	24.718
(a)	Real	BNDES	TJLP	mar/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	344	240
(b)	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Sem garantia	2.893	-
						<u>333.218</u>	<u>339.829</u>

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2017, o saldo de R\$2.893 refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$10.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 30 de setembro de 2017, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2018	7.624
2019	34.628
2020	37.384
2021	40.377
A partir de 2022	177.748
	<u>297.761</u>

O item “h” das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 30 de setembro de 2017 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. No entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

Notas Explicativas**13. DEBÊNTURES**

Os saldos estão representados por:

	30.09.2017		31.12.2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures	5.340	141.806	280	135.970
Custo de transação	(107)	(762)	(105)	(831)
Total	5.233	141.044	175	135.139

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.09.2017	31.12.2016
2ª emissão - Série única	10.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez/25	147.146	136.250
				<u>147.146</u>	<u>136.250</u>

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
2ª emissão Série	15.12.2014	100.000	1.000	08.04.2015	106.845

O valor justo das debêntures registradas no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

As debêntures da 2ª emissão são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

Em 30 de setembro de 2017, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2019	1.418
2020	7.516
2021	13.755
A partir de 2022	<u>119.117</u>
	<u>141.806</u>

Em 30 de setembro de 2017, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

Notas Explicativas**14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS**

Em 30 de setembro de 2017, o saldo de R\$19.961 (R\$22.814 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$6.063 (R\$5.504 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e as transações realizadas em 30 de setembro de 2017 e de 2016, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Passivo circulante</u>	<u>30.09.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Controladora</u>		
Debêntures - Arteris S.A. (c)	-	33.707
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	439	356
<u>Coligadas</u>		
Contas a pagar:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	69	1.387
 Total	 <u>508</u>	 <u>35.450</u>
 <u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	-	225.440
 Total	 <u>-</u>	 <u>225.440</u>

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	TRIMESTRE					
	30.09.2017			30.09.2016		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
Controladora						
Arteris S.A.	-	-	(828)	-	(9.393)	(963)
Coligadas						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(137)	-	-	(401)	-	-
Total	(137)	-	(828)	(401)	(9.393)	(964)

Contas de Resultado:	PERÍODO DE NOVE MESES					
	30.09.2017			30.09.2016		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
Controladora						
Arteris S.A.	-	(11.258)	(2.280)	-	(26.530)	(2.091)
Coligadas						
Litoral Sul S.A.	-	-	-	-	-	(1)
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(939)	-	-	(1.202)	-	-
Total	(939)	(11.258)	(2.280)	(1.202)	(26.530)	(2.092)

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (c) Decorrentes da 3ª e 4ª emissões de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos foram remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do spread respectivamente de 1,4% e 1,5% ao ano.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.09.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
30.03.2015	01.03.2018	CDI + 1,40% a.a.	-	-	8.000	1.952
19.08.2015	01.08.2017	CDI + 1,500% a.a.	-	-	20.000	3.755
			-	-	28.000	5.707

- (d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.09.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
29.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	8.000	8.709
27.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	13.000	14.152
19.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	16.000	17.418
28.01.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	-	-	25.000	13.185
19.04.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	-	-	35.000	17.611
27.09.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	-	-	20.000	9.014
30.12.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	-	-	20.000	8.351
			-	-	137.000	88.440

Em abril de 2017 a Sociedade liquidou as obrigações relativas aos mútuos e debêntures descritos anteriormente por meio de aumento de capital, mediante emissão de 491.254.503

Notas Explicativas

novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal as quais foram totalmente integralizadas na mesma data.

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$10.156 (R\$21.624 em 30 de setembro de 2016), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017, a Sociedade reconheceu, respectivamente, os montantes de R\$246 e R\$673 a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionados de R\$74 e R\$266 relativos ao rateio da Holding, que totalizam R\$320 e R\$939 (R\$304 e R\$872 em 30 de setembro de 2016), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2017, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.000. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$1.052 e R\$1.359.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

Notas Explicativas

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30.09.2017</u>
Cíveis	296	408	(142)	(169)	393
Trabalhistas	171	1.804	(440)	(1.017)	518
Regulatórios	10.388	132	(132)	-	10.388
Total	<u>10.855</u>	<u>2.344</u>	<u>(714)</u>	<u>(1.186)</u>	<u>11.299</u>

	<u>31.12.2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30.09.2016</u>
Cíveis	79	288	(28)	(137)	202
Trabalhistas	41	480	(197)	(185)	139
Regulatórios	-	7.658	-	-	7.658
Total	<u>120</u>	<u>8.426</u>	<u>(225)</u>	<u>(322)</u>	<u>7.999</u>

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Na última revisão realizada pelos assessores jurídicos da Sociedade houve mudança do prognóstico em decorrência de alterações circunstanciais atreladas aos processos sancionatórios, para os quais a Sociedade entende ser necessária a constituição de provisão. Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$10.388. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que resumizam o montante de R\$12.600 (R\$2.100 em 31 de dezembro de 2016).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos em 30 de setembro de 2017 representam o montante de R\$1.440 (R\$339 em 31 de dezembro de 2016).

Os depósitos judiciais no montante de R\$18.208 (R\$18.178 em 31 de dezembro de 2016), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$48 há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por depósitos relacionados a autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os

Notas Explicativas

valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	<u>Circulante</u> <u>Manutenção em</u> <u>rodovia</u>	<u>Não circulante</u> <u>Manutenção em</u> <u>rodovia</u>
Saldos em 31.12.2016	22.185	26.729
Adições/Reversões	-	10.035
Utilizações	(21.907)	
Ajuste a valor presente	-	2.037
Transferências	9.400	(9.400)
Saldo em 30.09.2017	<u>9.678</u>	<u>29.401</u>

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>Manutenção em</u> <u>rodovia</u>	<u>Investimentos</u> <u>em rodovia</u>	<u>Manutenção</u> <u>em rodovia</u>	<u>Investimentos em</u> <u>rodovia</u>
Saldos em 31.12.2015	-	1.217	41.049	3.434
Adições/Reversões (a)	-	(4.135)	8.475	-
Ajuste a valor presente	-	(636)	1.943	120
Transferências	22.098	3.554	(22.098)	(3.554)
Saldo em 30.09.2016	<u>22.098</u>	<u>-</u>	<u>29.369</u>	<u>-</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2017, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$21.907 (não haviam realizações em 30 de setembro de 2016).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito em 30 de setembro de 2017 é de R\$ 934.034, compostos por 1.358.131.802 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado é de R\$ 883.534 que representa 1.271.612.697 ações. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 467.818, compostos por 542.853.774 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado era de R\$ 448.818 que representava 515.680.917 ações.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Notas Explicativas

Data	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20.01.2017	AGE*	Dinheiro	-	-	18.000
06.02.2017	AGE*	Dinheiro	-	-	1.000
06.02.2017	AGE	Dinheiro	3.076.923	2.000	2.000
20.02.2017	AGE	Dinheiro	21.538.462	14.000	14.000
06.03.2017	AGE	Dinheiro	1.538.462	1.000	1.000
20.03.2017	AGE	Dinheiro	16.923.076	11.000	11.000
20.03.2017	AGE	Dinheiro	5.084.746	3.000	3.000
05.04.2017	AGO/E	Dinheiro	6.319.115	4.000	4.000
20.04.2017	AGO/E	Dinheiro	22.116.904	14.000	14.000
28.04.2017	AGE	Mútuos/Debêntures	491.254.503	268.716	268.716
05.05.2017	AGO/E	Dinheiro	8.688.784	5.500	5.500
22.05.2017	AGE	Dinheiro	23.696.683	15.000	15.000
05.06.2017	AGE	Dinheiro	4.739.337	3.000	3.000
20.06.2017	AGE	Dinheiro	27.646.130	17.500	17.500
30.06.2017	AGE	Dinheiro	4.166.667	2.500	2.500
05.07.2017	AGE	Dinheiro	8.333.333	5.000	5.000
30.06.2017	AGE	Dinheiro	25.000.000	15.000	15.000
20.07.2017	AGE	Dinheiro	4.166.667	2.500	2.500
07.08.2017	AGE	Dinheiro	28.333.333	17.000	17.000
21.08.2017	AGE	Dinheiro	2.500.000	1.500	1.500
20.09.2017	AGE **	Dinheiro	110.154.905	64.000	13.500
			<u>815.278.030</u>	<u>466.216</u>	<u>434.716</u>

(*) Integralização referente ao saldo do capital subscrito no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 20 de julho de 2016.

(**) Subscrição de capital conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 20 de setembro de 2017.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	30.09.2017		30.09.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	36.098	105.656	30.661	92.125
Receita de serviços de construção	40.582	148.810	38.783	114.202
Outras receitas	143	450	121	407
	<u>76.823</u>	<u>254.916</u>	<u>69.565</u>	<u>206.734</u>

Notas Explicativas

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.09.2017		30.09.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	76.823	254.916	69.565	206.734
ISSQN	(1.811)	(5.304)	(1.539)	(4.625)
PIS	(241)	(698)	(200)	(605)
COFINS	(1.111)	(3.222)	(924)	(2.794)
Outras deduções	(86)	(265)	(245)	(245)
Receita líquida	<u>73.574</u>	<u>245.427</u>	<u>66.657</u>	<u>198.465</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.09.2017		30.09.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(1.491)	(4.410)	(1.429)	(3.705)
Serviços de terceiros	(513)	(1.691)	(372)	(788)
Manutenção de bens e conservação	(141)	(334)	(47)	(159)
Depreciação / Amortização	(242)	(711)	(201)	(603)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(376)	(1.630)	(7.739)	(8.201)
Comunicação e marketing	(211)	(487)	(152)	(464)
Seguros/Garantias	(9)	(20)	(1)	(6)
Consumo	(161)	(462)	(150)	(429)
Transportes	(72)	(215)	(52)	(181)
Publicações legais	(17)	(124)	(17)	(124)
Outros	(212)	(716)	(213)	(615)
Total	<u>(3.445)</u>	<u>(10.800)</u>	<u>(10.373)</u>	<u>(15.275)</u>

	30.09.2017		30.09.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Custos de serviços da construção	(40.582)	(148.810)	(38.783)	(114.202)
Com pessoal	(2.685)	(7.977)	(2.727)	(8.083)
Serviços de terceiros	(4.775)	(14.245)	(4.419)	(13.171)
Conservação	(3.809)	(11.046)	(3.063)	(11.029)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(178)	(555)	(309)	(897)
Consumo	(657)	(1.905)	(687)	(2.040)
Transportes	(511)	(1.544)	(498)	(1.536)
Verba de Fiscalização	(822)	(2.469)	(769)	(2.308)
Seguros / Garantias	(565)	(1.372)	(489)	(1.152)
Provisão de manutenção em rodovias	(10.547)	(10.035)	(1.861)	(8.475)
Depreciação / Amortização	(17.243)	(50.358)	(11.033)	(30.549)
Outros	(306)	(881)	(308)	(1.227)
Total	<u>(82.680)</u>	<u>(251.197)</u>	<u>(64.946)</u>	<u>(194.669)</u>

Notas Explicativas**21. RESULTADO FINANCEIRO**

Está representado por:

	30.09.2017		30.09.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	507	1.551	611	1.587
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	-	-	-	516
Outras receitas	14	461	(125)	323
Total	<u>521</u>	<u>2.012</u>	<u>486</u>	<u>2.426</u>

	30.09.2017		30.09.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(8.264)	(39.405)	(14.449)	(41.932)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(702)	(2.000)	(709)	(1.943)
Outras despesas	(250)	(797)	(408)	(901)
Total	<u>(9.216)</u>	<u>(42.202)</u>	<u>(15.566)</u>	<u>(44.776)</u>

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>30.09.2017</u>	<u>30.09.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	22.036	21.211
Integralização de capital – mútuos	268.716	-
Juros capitalizados	6.572	25.153
	<u>30.09.2017</u>	<u>30.09.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(40.271)	(18.657)

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

Notas Explicativas

	30.09.2017		30.09.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Prejuízo do período	(14.055)	(37.878)	(15.843)	(35.984)
Número de ações durante período	1.259.950	945.826	511.568	398.713
Prejuízo por ação	(0,0112)	(0,0400)	(0,0310)	(0,0903)

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme o quadro a seguir:

	Nível	30.09.2017			31.12.2016		
		Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível2	-	10.386	-	-	10.372	-
Contas a receber clientes	Nível2	6.170	-	-	5.268	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível2	-	12.381	-	-	11.753	-
Outras contas a receber	Nível2	174	-	-	183	-	-
Fornecedores e cauções	Nível2	-	-	26.024	-	-	28.318
Empréstimos e financiamentos	Nível2	-	-	331.437	-	-	338.004
Debêntures	Nível2	-	-	146.277	-	-	135.314
Partes relacionadas	Nível2	-	-	-	-	-	260.890
Taxa de fiscalização	Nível2	-	-	274	-	-	264
Outras contas a pagar	Nível2	-	-	393	-	-	3.154
		6.344	22.767	504.405	5.451	22.125	765.944

O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Notas Explicativas

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 30 de setembro de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	9,84%	12,30%	14,76%
Receita de aplicações financeiras	49	62	74
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(21.174)	(26.467)	(31.761)
Juros a incorrer líquido(*)	(21.174)	(26.467)	(31.761)
IPCA	2,95%	3,69%	4,43%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(4.982)	(6.228)	(7.473)
Juros a incorrer líquido(*)	(4.982)	(6.228)	(7.473)
Juros a incorrer (*)	<u>(26.107)</u>	<u>(32.633)</u>	<u>(39.160)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2017 a Sociedade apresentava valores a receber de R\$5.327 (R\$4.454 em 31 de dezembro de 2016) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos

Notas Explicativas

financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2017	2018	2019	2020	A partir de 2021	Total
Debêntures - IPCA	17,74%	6.751	545	3.629	15.710	585.967	612.602
BNDES Automático	9,68%	12.421	57.035	57.732	57.738	269.241	454.167
Capital de giro / Risco sacado	17,18%	2.893	-	-	-	-	2.893
Fornecedores e cauções	0,00%	21.477	4.547	-	-	-	26.024
Outras contas a pagar	0,00%	393	-	-	-	-	393
Fornecedores partes relacionadas	0,00%	508	-	-	-	-	508
		<u>44.443</u>	<u>62.127</u>	<u>61.361</u>	<u>73.448</u>	<u>855.208</u>	<u>1.096.587</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	01/10 a 31/12/2017	01/01 a 31/03/2018	01/04 a 30/06/2018	01/07 a 30/09/2018	Total
Debêntures - IPCA	17,74%	6.751	-	-	-	6.751
BNDES Automático	9,68%	12.421	17.268	13.256	13.256	56.201
Capital de giro / Risco sacado	17,18%	2.893	-	-	-	2.893
Fornecedores e cauções	0,00%	21.477	1.516	1.516	1.516	26.024
Outras contas a pagar	0,00%	393	-	-	-	393
Fornecedores partes relacionadas	0,00%	508	-	-	-	508
		<u>44.443</u>	<u>18.784</u>	<u>14.772</u>	<u>14.772</u>	<u>92.770</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2017, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Notas Explicativas

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	63.778

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é de R\$20.296.

28. EVENTO SUBSEQUENTE

Abaixo relação de integralizações de capital ocorridas na Sociedade:

Data	Aprovação	Forma de integralização	Ações Integralizadas	Valor	Valor integralizado
05.10.2017	AGE	Dinheiro	1.721.170	1.000	1.000
20.10.2017	AGE	Dinheiro	15.490.534	9.000	9.000
				<u>10.000</u>	<u>10.000</u>

No dia 25 de outubro de 2017 a Sociedade recebeu o valor de R\$ 20.070 mil da 22ª Vara Federal de Brasília referente reembolso de depósitos judiciais da ação judicial movida pela Sociedade para anular autos de infração aplicados pela ANTT. O valor recebido nesta data havia sido depositado em juízo em 18 de maio de 2014 pela Sociedade e foi substituído pela apólice de seguro garantia judicial emitida pela Tokio Marine Seguradora S/A.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Autopista Planalto Sul S.A.

Rio Negro - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de novembro de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Contador

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017 e exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Rio Negro, 10 de novembro de 2017

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro / Diretor de Relação com Investidores

Flavia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Rio Negro, 10 de novembro de 2017

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro / Diretor de Relação com Investidores

Flavia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor Superintendente